

Depois da Queda

Com a autoridade de quem fez o que parecia impossível: derrubar o dólar (que passou dos R\$ 2 na primeira semana de março) e restaurar a credibilidade do Banco Central, abalada pela desastrada troca do regime cambial em janeiro, Armínio Fraga Neto lembrou que, sem o ajuste fiscal, não conseguirá reduzir os juros e reativar a economia.

A advertência do presidente do Banco Central, falando a banqueiros e empresários em São Paulo, foi feita depois que o presidente da República empossou os novos membros do Ministério e do governo. Fez contraponto com o otimismo que invadiu Brasília desde sexta-feira.

O presidente decidiu reformular o Ministério buscando duas vertentes para chegar ao sonho de retomada do crescimento econômico e da geração de emprego: maior coordenação nos gastos do governo e maior entrosamento no comando político, para viabilizar no Congresso a aprovação das reformas modernizadoras do Estado, e que vão garantir o ajuste fiscal.

E indispensável que a coordenação e o entrosamento aumentem no governo. Do contrário, o Banco Central ficará cada vez mais limitado na capacidade de reduzir os juros. Quando assumiu o cargo, Armínio Fraga Neto elevou imediatamente os juros para 45% ao ano, na tentativa de inibir a especulação com o dólar e as remarcações de preços que proliferavam à sombra da disparada do dólar. Até maio a queda foi substancial. Há dois meses a velocidade da queda ficou lenta.

As turbulências na Argentina, Chile, Colômbia, Equador e Venezuela conspiraram contra países emergentes e vizinhos. O comércio exterior brasileiro (nas duas mãos) depende em 18% da Argentina. O Banco Central até pode reduzir os juros dos atuais 21% na reunião do Copom no dia 28, mantendo o viés de baixa, mas cresceu no mercado financeiro a dúvida sobre a capacidade do Banco Central para manter os juros em tendência declinante num ritmo que impeça a taxa de juros de contaminar o próprio déficit público, pelo alto custo da dívida pública.

Para que o custo financeiro não volte a

ser motivo de aflição para todo o setor público – o que poderá significar ainda maior suplício para o setor privado, asfixiado pelo alto nível das taxas de juros, que inibe o investimento, o consumo e a retomada da oferta de emprego – é preciso ocorrer um fato relevante novo na área fiscal.

Só o Congresso poderá produzir esse fato, com a necessária mobilização das lideranças políticas do governo, após o recesso parlamentar em agosto. Até aqui, as metas do ajuste fiscal acertadas com o FMI têm sido cumpridas, mas principalmente com base no aumento da arrecadação, que tira fôlego do setor privado.

Os gastos governamentais (federais, estaduais e municipais) continuam correndo soltos. Os rombos da previdência social aumentam mês a mês, sobretudo no funcionalismo público, cujo déficit é cinco vezes maior que o do INSS. A reforma administrativa, aprovada há quase dois anos, depende de regulamentação do Congresso para que os governadores e prefeitos possam enquadrar os gastos com pessoal nas exigências constitucionais da Lei Camata (máximo de 60% da receita líquida comprometida com a folha de pessoal). E a Lei de Responsabilidade Fiscal já começa a sofrer resistência de governadores e prefeitos. Diante desse quadro, é irreal acreditar que a reforma tributária seja aprovada este ano.

Como o ano 2000 vai ser marcado pelas eleições municipais, precipitando o calendário político da sucessão presidencial de 2002, é preciso que o governo se prepare desde já para definir prioridades e agir com a máxima presteza na retomada dos trabalhos do Congresso.

O país cansou de esperar pelas reformas e não aceita mais que o Congresso repita o comportamento de janeiro. Acuado pela desvalorização do real, a representação política nacional não quis assumir a responsabilidade pela demora na aprovação das medidas do ajuste fiscal (que deixou o real à deriva) e passou a aprovar a toque de caixa o que recusara em dezembro, como a CPMF e a contribuição previdenciária dos servidores.